INTERESSADO: Adalberto Alves Rangel.

ASSUNTO: Equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagem de Escola SENAI.

RELATORA: Consª: Maria de Lourdes Hariotto Haidar.

PARECER CEE N° 2093/75, CPG, Aprovado em 30/07/75.
Com. ao Pleno em 13 de agosto de 75.

I- RELATÓRIO

HISTÓRICO:

1.1- Adalberto Alves Rangel, filho de Cornélio A. Rangel e de dona Sebastiana Rangel, nascido em São Paulo, a 14/1/1959, domiciliado e residente na Rua São Sérgio s/n -, Jardim Santa Adélia, em São Paulo, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Almirante Tamandaré", em São Bernardo do Campo, solicita pronunciamento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos, visando a prosseguir-los no ensino regular de 1º grau.

1.2- É o seguinte o histórico escolar do requerente:

1.2.1- curso primário, 4 (quatro) "séries";

1.2.2- curso de aprendizagem industrial, 2 dois "graus";

1.2.3- estudou: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências (Físicas e Biológicas), Desenho, Estudos Sociais (História do Brasil e Geografia do Brasil), Educação Moral e Cívica, Educação Física e Prática de Oficina;

1.2.4- fez dois "graus", do Curso de "Mecânico de Automóvel".

1.3- A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE-n° 19/65.

2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal n° 937/69, alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal n° 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 12, assim dispõe o citado diploma le-gal: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal n° 5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-n° 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular" (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-n° 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fina de equivalência, corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5-O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo - correspondia a um "termo" atual.

2.6-O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de 2 "graus" ou, com a denominação adotada nos "planos de cursos" aprovados pelo CEE, de 2 "termos", ou ainda de 2 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula.

2.8- Há vários pareceres deste Conselho favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Adalberto Alves Rangel no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Almirante Tamandaré", em São Bernardo do Campo, como equivalentes aos cumpridos na 6ª série, podendo-se, portanto, autorizar-lhe a matrícula na 7ª série do ensino do 1º grau.

A escola que acolher a matrícula do interessado deverá submetê-lo a processo de adaptação e nas disciplinas em que tal processo seja considerado necessário.

São Paulo, 30 de julho de 1975.

a) Cons. Maria de Lourdes Mariotto Haidar
Relatora.

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto da Relatora.

Presentes os Nobres Conselheiros: Elisiário Rodrigues de Sousa, Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Rachel Gavertz

Sala da Câmara de Ensino do Primeiro Grau, em 30 de julho de 1975.

a) Cons. Eloysio Rodrigues da Silva.
Vice Presidente em exercício da Presidência.